

RESENHA
CLÁSSICOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Aline Moraes Limeira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Josy Almeida Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil



XAVIER, Maria do Carmo (org.). *Clássicos da educação brasileira*.

Vol. 1. Belo Horizonte: Mazza, 2010.

Para os pesquisadores da educação brasileira é reconhecida a importância de se refletir acerca do que, de quando e de quem produziu sobre educação no país, quem são os homens e as mulheres que formularam propostas possíveis de nação e que lugar ocupa a escolarização nas suas proposições.

Nesse contexto é que surge a série *Clássicos da educação brasileira*. Ela é uma das inúmeras e diversificadas iniciativas que

integram o *Projeto pensar educação, pensar o Brasil*, desenvolvido por professores e estudantes de Minas Gerais, com intuito de refletir acerca de alguns projetos de Brasil e o lugar ocupado pela educação em cada um deles ao longo do tempo.

O primeiro volume da série, organizado por Maria do Carmo Xavier, foi publicado pela Mazza edições em 2010. Em 224 páginas distribuem-se 10 capítulos, uma apresentação e uma seção com informações dos autores e organizadores.

A proposta de resenhar esse livro nos coloca diante de algumas limitações que demandam escolhas. A primeira delas reside no fato de se resenhar resenhas de clássicos brasileiros. O esforço dessa dupla leitura exige selecionar um modo de operação. De um lado, a compreensão do clássico apresentado em cada um dos dez capítulos, o que não nos pareceu interessante, visto que este trabalho foi realizado por cada um dos autores convidados. De outro, uma opção que julgamos mais atraente: compreender o regime de leitura a que foi submetido cada um destes clássicos, a operação de análise realizada.

O princípio norteador deste trabalho é que a educação escolar é fundamental e necessária para renovação e progresso da sociedade. A partir daí, busca-se trazer à cena a produção de intelectuais brasileiros que defenderam esta causa. Com este objetivo, os organizadores estabeleceram certos recortes, algumas prioridades. Assim, “para entender os vários projetos de Brasil em discussão ao longo de nossa história” (p. 7), operou-se o primeiro recorte. Para a seleção temporal de atuação destes sujeitos e produção de suas obras escolheu-se o século 20, especificamente as décadas de 1920 e 1930, período em que começa a ser forjado o movimento conhecido como Escola Nova. Em seguida, com a seleção de determinados nomes deste cenário político, privilegiaram-se os mais significativos defensores da escola pública, atuantes nas regiões Sudeste e Sul do país.

No que se refere à definição de *clássico* apropriada nestas leituras, são nas páginas iniciais de apresentação, escritas pela organizadora da

série, que se encontram algumas pistas: “pode-se entender uma obra como um clássico a partir de sua apropriação, fortuna crítica, releituras” (p. 12), “da influência que exerce sobre uma geração” (p. 15), “da atualidade de seu conteúdo a despeito da data de sua produção” (p. 16) ou, como diz Ítalo Calvino, convidado ao texto pela autora, “clássico é o livro que vem antes de outros clássicos” (p. 14).

Todos os dez capítulos desse primeiro volume, cujo número de páginas varia entre 16 e 23, têm seus títulos homônimos aos respectivos clássicos resenhados. No primeiro capítulo, e único com dupla autoria, Diana Vidal e André Paulilo analisam alguns aspectos relacionados ao livro *Introdução ao estudo da escola nova*, de Manoel B. Lourenço Filho, lançado em 1930 e que integra a coleção Bibliotheca de Educação, organizada pelo próprio autor.

A resenha se estrutura em quatro partes. Inicia-se com uma breve observação acerca do percurso editorial da obra e do caminho profissional do paulista Lourenço Filho. Em seguida, apontam algumas informações dos bastidores editoriais, as referências dos estudos psicológicos apropriadas na construção de sua perspectiva acerca do nascente movimento da Escola Nova, bem como uma discussão geral dos assuntos tratados em torno da proposta de “revisão dos fins da escola” (p. 26). Antes de terminar, são tecidas considerações importantes acerca dos pertencimentos e embates políticos e institucionais do autor no seu tempo. Por fim, são apresentados alguns comentários finais e reafirmado o interesse em motivar leituras e releituras deste clássico.

No segundo capítulo, Juliana Cesário Hamdan resenha *Pela escola activa*, de Firmino Costa Pereira. Em três seções, procura descrever aspectos gerais acerca do autor, sua produção bibliográfica e o próprio clássico. Juliana apresenta uma breve biografia do fluminense Firmino Costa Pereira, com destaque para os quatro cargos de direção do campo da educação em Minas Gerais. Seguindo o mesmo estilo breve de escrita, ela elabora uma relação das 12 obras publicadas por ele. *Pela escola activa*, lançado em 1935 como uma obra “visando à instrumentalização”

(p. 43), foi analisado em seu conteúdo, temas, referências e pertencimentos ao movimento Escola Nova. Nas apropriações que faz do campo da psicologia educacional, a autora elabora e reforça alguns princípios gerais da escola ativa.

No terceiro capítulo, intitulado *A cultura brasileira*, Marta Maria Chagas de Carvalho analisa a obra que nasceu em 1943 com “caráter de encomenda” (p. 75). A partir de uma escrita corrente, sem subtítulos, a pesquisadora enriquece sua reflexão ao dialogar com diversos estudos que se debruçaram na leitura deste clássico de grande circulação e apropriação no campo da educação. Evidencia, com isso, a importância de não somente tirá-lo do esquecimento mas, ao fazê-lo, refletir acerca da posição ocupada pelo sujeito que a produziu e das condições de sua produção.

Assim, dedicando-se à discussão desse livro de síntese e de “unificação cultural” (p. 78), Marta Carvalho preocupou-se menos em descrever a biografia de Fernando de Azevedo que sua posição, destacando seu compromisso “com a política cultural do Estado Novo” (p. 70). Ao destacar os referenciais teóricos apropriados por este autor, ligados à escola de sociologia francesa, reforça a ideia de que um problema resultou daí: com a criação de seu método sociológico de análise, foi destinado à história um lugar de “suplemento” e “acessório” (p. 68). Nessa direção, e com certo distanciamento, como ela observa, é interessante a proposta de retomar esta leitura, cujo intuito era narrar como uniforme o que era diverso: “a gênese da Nação” (p. 78).

Thaís Nívia de L. da Fonseca analisa, no quarto capítulo, uma das 19 obras de um padre jesuíta envolvido com as lideranças da Ação Católica Brasileira e Ação Universitária Católica no Rio de Janeiro, nas décadas de 1920 e 1930. Leonel Franca, de quem realiza uma breve biografia, traduziu o *Ratio studiorum* e, junto a este trabalho de tradução elaborou, em 1952, mais duas partes para publicar: *O método pedagógico dos jesuítas* e *O ratio studiorum: introdução e tradução*. Thaís Fonseca descreve a organização desta introdução, mais parecida com “um estudo

crítico” (p. 87), atentando, porém, à “parcialidade esperada de um autor jesuíta” (p. 90). Ao observar o contexto específico em que a obra está sendo traduzida, produzida e publicada, de ressalvas feitas à educação confessional, e os vínculos e pertencimentos desse homem (PUC, Conselho Nacional de Educação, Comissão Nacional do Livro Didático e Ministério da Educação), a historiadora permite perceber que sua realização estava ligada ao movimento intelectual religioso que defendia certo modelo educativo e a proeminência da Igreja Católica em alguns setores da educação no Brasil (p. 93).

Bruno Bontempi Júnior resenha a obra clássica escrita pelo paulista Laerte Ramos de Carvalho, de quem delinea uma pequena biografia em nota, no início do quinto capítulo. Resultado de uma tese de doutoramento, *As reformas pombalinas da instrução pública* rendeu a Laerte o ingresso na USP. Entretanto, segundo Bontempi Júnior, houve um desmerecido “obscurecimento” (p. 116) dessa e de outras produções, cuja justificativa está localizada em razões institucionais e políticas. Ao discorrer acerca da estrutura do livro, temas relacionados e apropriações teóricas, observa que esse clássico, com sua metodologia de análise, questões, uso e interpretação das fontes, orientou a historiografia educacional na época. Ao finalizar, ressalta que a “interpretação histórica do fato educacional”, articulada à análise dos “fatores econômicos, sociais e políticos de uma época” (p. 110), aspecto que, para Bontempi, foi inovador, pode ser considerada como a grande contribuição deste clássico.

Leiziany Daniel resenha *Introdução ao estudo do currículo da escola primária brasileira*. Inicialmente, a autora destaca experiências profissionais de João Roberto Moreira, tido como um técnico da educação, que atuou no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e na Unesco, na década de 1950. Neste momento, em 1955, surge seu clássico como “uma espécie de estudo introdutório” (p. 120). Enriquecendo a análise, a autora salienta a razão da propaganda pela leitura desta obra: permite pensar as análises realizadas acerca do currículo da escola primária e

das proposições elaboradas por alguém que integrou o grupo escolanovista que pretendia reformular o sistema educacional do país.

Ao apresentar a obra, Leiziany tece considerações acerca de seu conteúdo e organização. Com isso, torna possível perceber que este clássico pretendeu realizar um diagnóstico do presente, com importantes iniciativas de mudança propostas por Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo para, enfim, apresentar suas proposições.

A resenha apresentada por Eliane Marta T. Lopes, no sétimo capítulo, é sobre o livro *Primórdios da educação no Brasil*, de Luiz Alves de Mattos. Compondo o texto em seis subtítulos, Eliane Lopes observa aspectos relacionados ao cenário em que surge o clássico, o autor com suas experiências e vínculos profissionais, a obra que realizou no campo educacional brasileiro, demais obras publicadas por Luiz Mattos e apontamentos acerca do livro.

Ao apresentar a periodização estabelecida na obra, Eliane Lopes enriquece a leitura ao problematizar o termo *primórdios* empregado pelo autor, os recortes temporais que estabelece e a autoelogiosa busca pela objetividade. Somado a isso, a autora questiona a possibilidade de produção da obra, haja vista a formação de Luiz Mattos ter se aproximado mais da área de Didática. Como hipótese, apresenta um dado bastante interessante: a temporada nos Estados Unidos, na Catholic University, “onde se encontra uma extraordinária biblioteca brasileira”, a qual classifica como uma “das mais completas sobre a história do Brasil” (p. 144). Ao finalizar a escrita, Eliane Lopes propõe uma reflexão acerca da objetividade.

Léa Pinheiro Paixão resenha a obra *Professoras de amanhã*, de Aparecida Joly Gouveia. A obra, publicada na década de 1960, foi resultado de uma pesquisa empírica com mais de mil normalistas de Minas Gerais e São Paulo. O livro integra o sétimo volume da série *Sociedade e educação*, do Instituto Nacional de Educação e Pesquisa - Inep -, instituição com a qual Gouveia mantinha vínculo profissional, como observa Léa Paixão.

Ao longo do texto são mencionadas as contribuições da autora para o campo da Sociologia da Educação e destacado que o livro, datado de 1965, “se trata de uma aula exemplar de pesquisa”, por conta do levantamento de dados quantitativos. Ao mesmo tempo, ressalta-se que seu esquecimento, no campo da educação, deveu-se à visão reducionista de pesquisa que opõe quantitativo a qualitativo.

Marcos Cezar de Freitas analisa, no capítulo nono, o clássico de Luiz Pereira. A resenha da *Escola numa área metropolitana* foi estruturada em três seções sem subtítulos. Para introduzir a reflexão, discorre acerca da própria definição do que é um clássico e defende tal identificação para este livro de Pereira, publicado em 1960. Justificando a ênfase que direciona aos apontamentos acerca das condições institucionais, culturais e políticas de produção do livro, Cezar de Freitas observa que “o entorno adensa a percepção que devemos ter da obra” (p. 186).

O autor destaca as interlocuções estabelecidas pelo sociólogo Luiz Pereira, que contribuíram com a elaboração de seu estudo, como os vínculos com a USP, representada por Florestan Fernandes e Antonio Candido, as apropriações de Parsons e Weber e o pertencimento ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo. Ao tratar acerca dos temas da obra - subúrbio, comunidade, escola, periferia - e da metodologia empregada, estudo de caso, Marcos Freitas salienta a “grandeza” (p. 186) e o “frescor” (p. 191) da obra.

No décimo e último capítulo, Maria do Carmo Xavier, organizadora do volume, resenha a obra do sociólogo Florestan Fernandes, publicada em 1966. A reflexão acerca do clássico *Educação e sociedade no Brasil*, e de seu autor, estruturou-se em quatro partes: uma apresentação, seguida das características do livro, o sociólogo e a questão educacional e o intelectual e os desafios do seu tempo. Ao apresentar a obra, uma coletânea de 42 textos ensaísticos escritos para jornais, resenhas, conferências, relatórios entre 1946 e 1962, a autora discorre sobre suas características gerais, como números de páginas, estrutura, temas

centrais e objetivos.

Ao tratar da educação no Brasil, Fernandes apresenta um panorama histórico do sistema de ensino, seguido de um balanço dos dilemas contemporâneos e de reflexões acerca das alternativas de desenvolvimento. A autora também faz uma prescrição de leitura desse clássico, ao sugerir que seja lido como “um documento”, como “um inventário do plano histórico” que contextualiza os debates da época e como “um esboço do rol de entidades e sujeitos inscritos naqueles jogos de forças” (p. 203).

A partir dos recortes realizados, das seleções e dos esquecimentos operados para convocar as “principais obras sobre educação brasileira publicadas no Brasil” (p. 223), esse livro produziu determinados efeitos. O fato de tratar-se apenas do primeiro volume da referida coleção, ou seja, por seu aspecto inconcluso, não é possível, a nós leitores, compreender o efeito final de sua proposta. Isso, porém, não nos impede levantar algumas impressões iniciais.

Neste sentido, de acordo com a operação realizada pelo primeiro volume desta coleção, é possível compreender que os dez clássicos objetos de atenção foram produzidos pelos principais pesquisadores em educação do país na segunda metade do século 20. Esses sujeitos, de destaque no cenário político de interpretação do Brasil são, em sua maioria, homens com atuação em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, nas décadas de 1930 e 1960. Apenas um dos clássicos resenhados tem autoria de uma mulher.

Outro aspecto interessante se refere aos múltiplos campos de conhecimento aos quais se filiam os autores desses clássicos: sociologia, teologia, filosofia, psicologia, filologia, religiosidade.

Este projeto, em seu começo, com seus olhares particulares e com atraentes prescrições de leituras, nos deixa o ansioso desejo de sua continuidade.

ALINE MORAIS LIMEIRA é professora do ensino fundamental da rede municipal do Rio de Janeiro e estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Uerj.

Endereço: Estrada Sete Riachos, 825 - bloco 1 - apto. 101 - 23098-006 - Rio de Janeiro - RJ.

E-mail: aline.de.morais@oi.com.br.

JOSY ALMEIDA SANTOS é estudante e bolsista de iniciação científica vinculada ao Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação - Nephe.

Endereço: Estrada Sete Riachos, 825 - bloco 1 - apto. 101 - 23098-006 - Rio de Janeiro - RJ.

E-mail: josy.alfa@yahoo.com.br.

Recebido em 6 de junho de 2011.

Aceito em 27 de julho de 2011.